



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS II**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOLOGIA**  
**UEPB/PRONERA/INCRA/CNPq**

**ERINALDO ALMEIDA SOUTO**

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO ATRAVÉS DA**  
**IMPLANTAÇÃO DA HORTA COLETIVA PELO GRUPO MULHERES**  
**GUERREIRAS NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD - PB**

**LAGOA SECA**

**2016**

**ERINALDO ALMEIDA SOUTO**

**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO ATRAVÉS DA  
IMPLANTAÇÃO DA HORTA COLETIVA PELO GRUPO MULHERES  
GUERREIRAS NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Agroecologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba e do PRONERA/INCRA/CNPq, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Agroecologia.

Área de concentração: Agroecologia.

Orientadora: Msc. Marilene Nascimento Melo.

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Machado Moreira.

**LAGOA SECA**

**2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S726c Souto, Erinaldo Almeida

Construção do conhecimento agroecológico através da implantação da horta coletiva pelo grupo mulheres guerreiras no assentamento Pequeno Richard - PB [manuscrito] / Erinaldo Almeida Souto. - 2016.

60 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Agroecologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Marilene Nascimento Melo, Departamento de Agroecologia e Agropecuária".

1. Agroecologia. 2. Educação no campo. 3. Reforma agrária. I. Título.

21. ed. CDD 630

ERINALDO ALMEIDA SOUTO


**CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO ATRAVÉS DA  
IMPLANTAÇÃO DA HORTA COLETIVA PELO GRUPO MULHERES  
GUERREIRAS NO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD - PB**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Agroecologia.

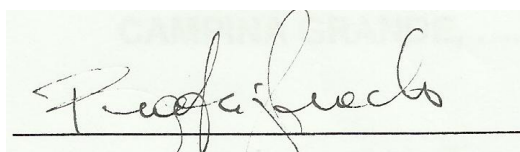
Área de concentração: Agroecologia.

Aprovado em: 04/03/2016.

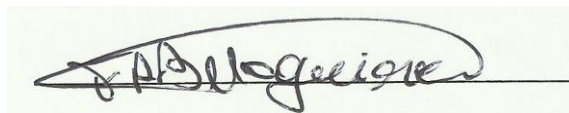
**BANCA EXAMINADORA**



Msc. Marilene Nascimento Melo (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Beatriz Stamato  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Roserlândio Botão Nogueira  
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)



Eliane Constantino Barbosa

Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A minha família, pela compreensão, amizade e amor DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Aos, Rodrigo Machado Moreira e Beatriz Stamato, coordenadores do curso de Especialização em Agroecologia: Residência Agrária, pelo seu empenho.

À Marilene Nascimento Melo pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha mãe Maria do Carmo Lira, as minhas tias Geny Souto e Nenzinha do Ó, pelo apoio e amor.

Ao meu pai José Grigório de Almeida Souto (*in memoriam*) por trazer boas lembranças.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Rodrigo Machado Moreira, Beatriz Stamato, Marilene Nascimento Melo, Dilei Aparecida Schiochet, Maria Emilia Rodat, Paulo Diniz, Chico Nogueira, Fábio Agra, Shirleyde Santos, Leandro Oliveira, Francisco Loureiro, Simão Lindoso, João Macedo, Daniel Duarte, Jonas Duarte, Silvio Porto, Maria Adelaide, Miguel Altieri, Clara Nichols, Costa Gomes, Canrobert, David Galla, Angel Calle que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, aos agricultores experimentadores pelo acolhimento e aprendizado para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, Ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, aos Movimentos Sociais atuantes na Paraíba e Instituições de Assessoria, a Cooperativa de Prestação de Serviços. Técnicos de Reforma Agraria - COOPTERA, a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio as Organizações de Autopromoção - COONAP.

Ao Grupo Mulheres Guerreiras pelo incentivo e dedicação ao trabalho na horta.

Ao NERA – Núcleo de Extensão Rural Agroecológica, por ter me permitido conhecer uma nova realidade que é o trabalho dos movimentos sociais (MST, MAB, MPA, COONAP, COOPTERA) e organizações (PATAC, COLETIVO, POLO DA BORBOREMA, AS-PTA, CENTRAC) que trabalham Agroecologia junto às famílias.

Aos funcionários da UEPB, Campus II, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário. Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Como se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.” Cacique Seattle, 1855.

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo contribuir no resgate e construção do conhecimento agroecológico junto ao Grupo “Mulheres Guerreiras” utilizando-se da realização de oficinas como ferramentas metodológicas participativas para a implantação da horta coletiva como instrumento de mobilização e da troca de saberes entre os envolvidos com este trabalho no Assentamento Pequeno Richard-PB. A pesquisa aborda agricultura familiar em área de Assentamento da Reforma agrária com o foco no Grupo de Mulheres que trabalham com horta coletiva. Foram utilizadas a Linha do Tempo para resgate da história do Assentamento e do Grupo, rodas de conversas individuais e coletivas e entrevistas também individuais e coletivas. Pôde-se observar que as mulheres trazem uma bagagem de informações sobre o cultivo em horta coletiva devido à origem do campo. Houve troca de saberes entre as mulheres e destas com a assessoria, construindo e reconstruindo novos conhecimentos e práticas agroecológicas. Além disto, a horta coletiva foi implantada no Assentamento Pequeno Richard e seus produtos comercializados na Feira da Reforma Agrária e foi instrumento de motivação e auto-organização das mulheres.

**Palavras-Chave:** Agroecologia. Educação no Campo. Reforma Agrária.



## **ABSTRACT**

The research aimed to contribute to the rescue and construction of agro-ecological knowledge with the group "Women Warriors" using the workshops as participatory methodological tools for the implementation of collective garden as mobilization tool and the exchange of knowledge among those involved in this work in the Settlement Little Richard-PB. The research addresses family farming in settlement area of agrarian reform with the focus on the Group of Women working with collective garden. We used the time to rescue the history of the settlement and the Group Line wheels of individual and collective conversations and also individual and group interviews. It was observed that women brought a baggage information for collective garden due to the origin of the field and always grow vegetables in pots, flower beds and jiraus. There was exchange of knowledge among women and those with advice, building and rebuilding new knowledge and agroecological practices. In addition, collective garden was established in the Settlement Little Richard and its products sold at the Fair Agrarian Reform and was motivation tool and self-organization of women.

**Keywords:** Agroecology. Education in the Countryside. Land reform.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da localização da pesquisa.....	25
Figura 2	Mapa do assentamento.....	26
Figura 3	Imagens da oficina de confecção de tela.....	29
Figura 4	Imagem de intercâmbio entre as mulheres do grupo.....	32
Figura 5	Imagens da área de implantação da horta.....	33
Figura 6	Imagens da área de implantação da horta.....	34
Figura 7	Imagens de acompanhamento da horta.....	35
Figura 8	Imagem da produção e da comercialização da horta.....	36
Figura 9	Imagens dos materiais adquiridos para a horta.....	37
Figura 10	Imagem da FOFA.....	39
Figura 11	Imagens da Etapa de Sistematização.....	46
Figura 12	Imagens da Etapa de Sistematização.....	47
Figura 13	Imagens da Etapa de Sistematização.....	48
Figura 14	Imagens da Etapa de Sistematização.....	49
Figura 15	Imagens da Etapa de Sistematização.....	50
Figura 16	Imagens da Etapa de Sistematização.....	51
Figura 17	Imagem da Entrevista.....	53
Figura 18	Imagem da Entrevista.....	55
Figura 19	Imagem da Entrevista.....	57
Figura 20	Imagem da Entrevista.....	59
Figura 21	Imagem da Entrevista.....	61

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Precipitação da região do Assentamento.....	26
Quadro 2	FOFA.....	38

## ABREVIACOES E SIGLAS

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico

COOPTERA – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária

COONAP – Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio s Organizações de Autopromoção

IAP – Investigação, Ação Participativa

IDS - Instituto de Assessoria a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NERA – Núcleo de Extensão Rural Agroecológica

PA – Projeto de Assentamento

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento

PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas guas

SIGMA – Sistema de Informação, Gestão e Monitoramento de Assentamento

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	15
2.1	<i>Assentamentos Rurais</i> .....	15
2.2	<i>Quintais Produtivos</i> .....	17
2.3	<i>Grupo de Mulheres Assentadas</i> .....	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	24
3.1	<i>Contextualizando</i> .....	24
3.1.1	<i>Local da Pesquisa</i> .....	25
3.1.2	<i>Etapas Metodológicas adotadas</i> .....	26
3.1.3	<i>Linha do Tempo como ferramenta de compreensão</i> .....	29
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	30
4.1	<i>A trajetória das Mulheres Guerreiras</i> .....	30
4.2	<i>A horta coletiva do Grupo</i> .....	30
4.2.1	<i>A escolha e preparo do local</i> .....	31
4.2.2	<i>Implantação</i> .....	32
4.2.3	<i>Planejamento do cultivo</i> .....	33
4.3	<i>A comercialização</i> .....	35
4.4	<i>Mulheres Guerreiras e suas conquistas</i> .....	36
4.5	<i>Avaliando e criando perspectivas</i> .....	37
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b> .....	44

## 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento empírico experimentado pelos agricultores tem despertado o meio acadêmico. Este conhecimento e vivências das famílias têm mostrando à academia que a simplicidade, as vivências na realidade local, as técnicas utilizadas e experimentações comprovadas, são ciência.

Com assessoria das Organizações não governamentais, Movimentos Sociais e Cooperativas, o trabalho dos agricultores agroecológicos cresce e vem tendo visibilidade, despertando a academia a desenvolver junto aos agricultores seus experimentos concordando com as necessidades da família.

A Agroecologia visibiliza como ciência as técnicas e práticas da agricultura familiar agroecológica, desde a implantação de um roçado, controle de pragas e doenças, ao resgate cultural do povo.

A pesquisa participativa na Agroecologia valoriza os conhecimentos dos atores envolvidos mostrando que se complementam e são aplicados de forma sistêmica, onde tudo está interligado e relacionado entre si. Trabalhar com o Grupo Mulheres Guerreiras resgatando o conhecimento empírico e trocando saberes ao implantarem a horta coletiva nos remete aos princípios da Agroecologia e da Investigação Ação Participativa. A horta coletiva foi utilizada como uma ferramenta e é produto da construção desses saberes. A pesquisa aborda, portanto agricultura familiar em área de Assentamento da Reforma Agrária com o foco no Grupo de Mulheres que trabalham com horta coletiva.

A agricultura familiar é o modelo que se contrapõe ao agronegócio e desmistifica o processo da Revolução Verde. É mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, uma vez que ocupa maior mão de obra, produz uma diversidade de culturas, que são próprias desta forma de organização da produção e assim, possui maior capacidade de proceder ao redesenho de agroecossistemas de maneira mais adequado aos ideais de sustentabilidade (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

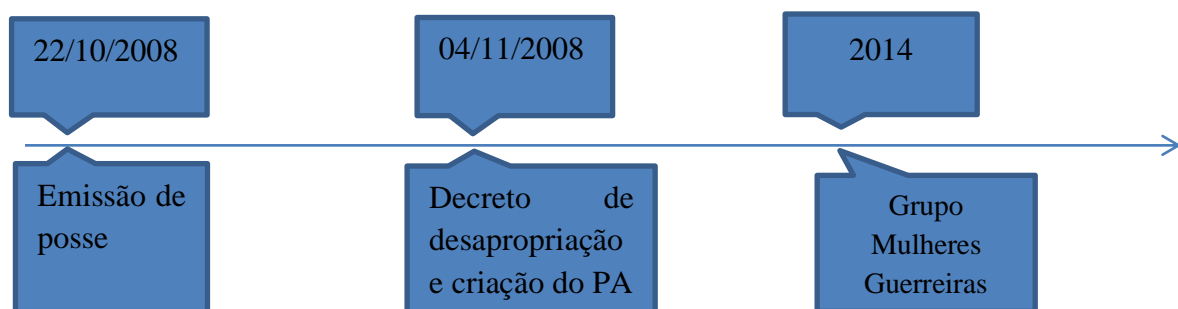
Os quintais têm seu papel de importância na soberania e segurança alimentar da família, afirmando os princípios ecológicos, cultural, sociais e econômicos da Agroecologia. A Agroecologia extrapola a visão unidimensional dos agroecossistemas (genética, edafologia entre outros) para abarcar um entendimento dos níveis ecológicos e sociais de coevolução, estrutura e funcionamento. Em vez de centrar sua atenção em algum componente particular do agroecossistema, a Agroecologia enfatiza as inter-relações entre seus componentes e a dinâmica complexa dos processos ecológicos (VALDERMEER, 1995).

Os assentamentos rurais representam um avanço importante na história do processo de resistência de luta pela posse da terra, visto que, num país com as dimensões territoriais como o Brasil, a concentração de terras nas mãos de poucos é real e um grande atraso ao desenvolvimento social e econômico do país. São áreas desapropriadas pelo Estado para fins de Reforma Agrária. Essas áreas geralmente correspondem a latifúndios ou áreas devolutas da União.

O acesso a terra não resolve todos os problemas decorrentes da concentração fundiária, pois após um processo penoso para obtenção da desapropriação, os trabalhadores ainda encontram inúmeras dificuldades, dentre elas destacamos: solos desgastados; áreas com morfologia muito acidentada; ausência ou excesso de chuva; falta de financiamento para projetos, burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precários ou inexistentes e vias de acesso em estado de péssima conservação.

Do processo de Reforma Agrária na Paraíba encontra-se o Assentamento Pequeno Richard que surgiu com desapropriação da Fazenda Catolé ou São José dos Pordeus, sendo fruto de uma luta dos movimentos sociais. As pessoas que atualmente se encontram assentadas, já eram acampadas em outras áreas, um destes acampamentos era no Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino.

A entrada na terra só foi realizada quando todo procedimento legal foi concluído, ou seja, não houve conflito na ocupação, a luta pela desapropriação da Fazenda durou quatro anos de negociação. Houve três reuniões para organizar o acampamento, relatos de Zélia Duda da Silva e Maria das Graças Medeiros, as organizadoras iniciais do Projeto de Assentamento (P.A.) Pequeno Richard, nome este que surgiu através de uma homenagem feita a um filho do Presidente do Assentamento José Antônio Eufrouzino, que faleceu durante o processo de desapropriação. Para algumas atividades existentes nos assentamentos, uma das formas de trabalho é divisão em grupos por afinidades e objetivos em comum. (Linha do tempo do assentamento).



Esta linha do tempo permite que se tenha uma breve trajetória do assentamento até a formação do Grupo de mulheres; é uma metodologia utilizada como instrumento da Investigação Ação Participativa para que tenha a participação de todos, funcionando como uma memória histórica.

E no Assentamento Pequeno Richard existe o grupo de mulheres denominado “Mulheres Guerreiras” que nasce da história de luta pelo acesso a terra, da necessidade de se fortalecerem quanto mulheres, por melhorias no assentamento e como força de trabalho coletivo para produzirem e comercializarem juntas.

A pesquisa teve por objetivo contribuir no resgate e construção do conhecimento agroecológico junto ao Grupo “Mulheres Guerreiras” tendo como base a realização de oficinas para a implantação da Horta Coletiva do Assentamento Pequeno Richard.



## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Assentamentos Rurais

A luta pela Reforma Agrária no Brasil iniciou-se no começo da década de 1960. Nesse período, os movimentos operário e camponês foram ganhando força, o último organizando-se contra as injustiças do sistema de posse de terra tradicional, a fazenda ou a grande propriedade, com uma força de trabalho dependente, submetida a relações de trabalho não-capitalistas.

No governo do presidente João Goulart, foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos e privilégios dos trabalhadores urbanos, incluindo o direito de se organizar em sindicatos. Além disso, o Instituto de Reforma Agrária foi criado e foi introduzida uma nova legislação definindo quais terras poderiam ser expropriadas para a Reforma Agrária. Essas medidas foram suficientes para provocar um golpe militar em 1964, introduzindo 21 anos de regime militar. Dado o alto grau de mobilização em torno da Reforma Agrária naquele momento, bem como a pressão do governo dos Estados Unidos, que estava patrocinando através da Aliança para o Progresso, o governo militar do general Castelo Branco foi forçado a adotar uma lei mais branda em 1964, o Estatuto da Terra. Esta lei permitia que grandes latifúndios fossem expropriados com compensações, quando isso fosse considerado de interesse social. Contudo, fazendas consideradas ‘empresas rurais’, vagamente definidas como aquelas que ‘exploram a terra economicamente e racionalmente’, estiveram isentas da reforma. Entre os pretendidos beneficiários da reforma, estavam aqueles que trabalhavam na propriedade expropriada, incluindo posseiros, trabalhadores assalariados, meeiros e arrendatários. Pouco foi realizado com relação à redistribuição de terra durante o regime militar, uma vez que os militares estavam submetidos à tradicional classe de proprietários, e seu primeiro interesse foi o de apoiar a modernização da agricultura.

A política do governo, na década de 1970, centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado. Quanto maior a propriedade, maior o crédito, encorajando a crescente concentração de terra. Especialmente favorecidos foram, a plantação de soja para exportação e os interesses do agrobusiness nas fazendas de gado e madeira.

A política de modernização também provocou uma mudança nas relações de trabalho, com a força de trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas sendo substituída pela força de trabalho assalariada temporária. Durante todo o regime militar (1964 a 1984), somente 185 propriedades foram expropriadas. Assim, no começo da transição democrática a terra continuou a ser extremamente concentrada. Um por cento das fazendas, as maiores de 1000

ha, ocupavam 44% da terra. Na metade da década de 1980, o número de famílias sem terra e quase sem terra foi estimado entre 6 milhões e 11 milhões (DEERE, 2004).

O MST surge em 1984 com o 1º Congresso Nacional em Cascavel, no Paraná na ideia de democratizar a terra com três objetivos, lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Em 1985 o país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. No Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do mesmo ano previa aplicação do Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias, porém fracassado.

Em 1990 com o 2º Congresso Nacional com o lema “Ocupar, Resistir, Produzir” se contrapondo ao período de repressão, reafirmando as ocupações como principal instrumento de luta pela Reforma Agrária. Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior Reforma Agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano. Em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, formaram um acampamento à margem da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessa área, considerada improdutiva.

Um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997, cerca de 1.300 Sem Terra iniciam a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica.

Em 2007, mais de 17.500 delegados e delegadas vindos de todas as regiões do Brasil participaram do 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, se tornando histórico por ter sido o maior congresso camponês da América Latina. Com o lema "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular", representava os novos desafios da luta pela terra, a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social.

Ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. “Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude” (MST, 2015).

A CPT também desempenhou um importante papel em reunir trabalhadores sem terra de diferentes estados. Depois de uma série de encontros regionais, o primeiro encontro nacional em 1984 resultou na fundação do MST que hoje está organizado em 24 estados e é a principal força na luta pela reforma agrária. Outra força importante pela reforma agrária são os sindicatos de trabalhadores rurais. Eles têm um quadro de filiados bastante heterogêneo, sendo composto de trabalhadores assalariados da agricultura e arrendatários, bem como agricultores familiares.

A Paraíba faz parte deste processo de Reforma Agrária com histórico forte de lutas pelo acesso a terra. Nesta história vários assentamentos são conquistados e entre eles o Assentamento Pequeno Richard.

## **2.2 Quintais Produtivos**

No Brasil, na segunda metade do século passado, o processo de modernização da agricultura, denominado de “Revolução Verde”, baseava-se na correlação hegemônica entre desenvolvimento, promoção da industrialização da agricultura e exportações (MALUF, 2009).

O discurso das grandes corporações era de diminuir as diferenças entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, além de resolver o problema de disponibilidade de alimentos para a população. Entretanto, com a “modernização da agricultura” foi estimulado o uso de insumos e o incentivo à monocultura em algumas regiões, viabilizando a concentração de terra e o trabalho assalariado. Tal estratégia agroindustrial objetivava o aumento da produção destinada à exportação, transformando alimentos em mercadoria e em um fator importante na economia de mercado (MALUF, 2009; BARBOSA, 2004).

No mesmo período cresceu o êxodo rural, o desemprego, a concentração de terra, aumentou a pobreza, além de se ter um crescimento significativo da fome. A expansão desse modelo agrícola deu-se na década de 1980, com o surgimento dos Organismos Geneticamente Modificados OGMs, os denominados transgênicos, na forma de sementes e depois de alimentos. Mais uma vez foram inseridas novas tecnologias sem pensar as externalidades,

como potencialização dos efeitos de substâncias tóxicas, aumento de resíduos de agrotóxicos, aumento da desigualdade social entre outras externalidades (MALUF, 2009).

Esses modelos de agricultura tiveram como base a racionalidade econômica e tecnológica dominante, não priorizando a produção de alimentos básicos (feijão, arroz, milho, mandioca entre outros) necessários à segurança alimentar e soberania da população e ao respeito aos ciclos da natureza. Com o acúmulo de problemas ambientais, sociais e de produção, verificou-se a necessidade de se criar princípios de sustentabilidade na produção de alimentos para melhoria das condições de vida, segurança alimentar e sustentabilidade dos ecossistemas (THEODORO, DUARTE e ROCHA, 2009).

Neste sentido, enfatiza-se a importância da agricultura familiar, que diferente da agricultura industrial/patronal, caracteriza-se pela gestão familiar da unidade produtiva; onde os responsáveis pela unidade produtiva estão ligados entre si por laços de parentescos e a mão de obra é fornecida pelos membros da família (ABRAMOVAY, 1997).

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 como afirma Schneider (2003). Muitas foram as terminologias empregadas historicamente, de acordo com a evolução do contexto, para se referir ao mesmo sujeito, dentre elas: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e agricultor familiar. O autor russo Alexander Chayanov (1974), dedicou-se ainda em 1920, aos estudos da dinâmica funcional da agricultura familiar, centrando sua análise na estrutura interna da organização familiar, que considera este segmento ser desprovido de uma lógica capitalista, a qual tem na produção a oportunidade de retirar mais valia, por meio da exploração de mão de obra e pelos abusivos preços dos produtos comercializados. Nesse sentido, a lógica camponesa é mediada por relações não capitalistas ou minimamente capitalistas. Essa característica primordial é fundamental para se estudar este segmento. Balizados por essas relações é que os camponeses desenvolvem suas atividades, trabalham a terra e a consideram como patrimônio familiar.

Agricultura Familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do

pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2003).

A importância dos quintais para a agricultura familiar tem sido uma estratégia de subsistência empregada desde o período histórico denominado neolítico, e sua forma e funções estão intimamente relacionadas à evolução da sociedade, cultura e à agricultura (FALL et al, 2002). É um sistema que consiste, de forma geral, em uma combinação de árvores, arbustos, trepadeiras, herbáceas, algumas vezes em associação com animais domésticos, crescendo adjacentes à residência.

No Brasil, quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais (BRITO e COELHO, 2000).

Outros aspectos relevantes referentes aos quintais referem-se à conservação das espécies cultivadas, a introdução de novas espécies conservando-se o germoplasma e a produção de plantas medicinais por populações tradicionais. É essencial compreender a contribuição que o quintal pode trazer aos aspectos da segurança alimentar: acessibilidade e qualidade. No mundo atual, com raras exceções (causadas por secas, guerras e pelos desequilíbrios provocados por elas), existem muitos alimentos para atender a todas as pessoas nas áreas rurais e urbanas (MARCH E HERNÁNDEZ, 1998).

Entretanto, não existem garantias de que todos os segmentos da população tenham acesso regular e suficiente a esses alimentos. Os que têm menos chance de consegui-los são os pobres, as pessoas em situação de vulnerabilidade (DRESCHER, 1996).

Os quintais vêm fortalecer tanto trabalhos individuais quanto em grupo e é instrumento mobilizador e de fortalecimento de um conjunto, que pode ser de pessoas, de variedades de espécies e de conhecimento. Essa diversidade contribui não somente para a segurança alimentar e estabilidade econômica dos agricultores familiares, mas para o equilíbrio do sistema agroecológico como um todo. Geralmente as espécies selecionadas pelos agricultores para esses espaços são espécies nativas, que apresentam um alto índice de produtividade e uma boa capacidade de adaptação e resiliência.

Para Harwood (1996) dentre as principais funções exercidas pelas plantas existentes nos quintais destacam-se: a existência de uma diversidade de cultivos que rompem a monotonia da dieta da família quando estas são pobres e não possuem recursos para comprar as frutas e hortaliças desejáveis; o fornecimento de sombra, abrigo e proteção contra ventos

fortes, quando as árvores são adequadamente selecionadas e espaçadas; o valor estético e recreativo proporcionando o bem-estar geral à família do agricultor; a privacidade que se pode adquirir a partir de arvoredos densos; o complemento da renda com a venda de uma parte da produção do quintal; a existência de produtos que podem ser transformados em materiais de construção e combustíveis para cozinhar; e o aproveitamento de esterco e resíduos utilizados como adubo orgânico.

Pinheiro (2005) complementa que tão importante quanto às questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais, é a sua representação como símbolo de identidade cultural. Esse espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de reunião da família, de contato com a natureza e de descanso. Guimarães (1996) e Ambrósio et al. (1998) enfatizam que a ausência do quintal pode ser um fator de restrição da dieta, em especial dos alimentos fonte de vitaminas, minerais e fibras, como hortaliças e frutas.

Dubois (1996) descreve os quintais como espaço de produção que assegura complementação importante na dieta alimentar das famílias, além de possibilitar geração de renda com a venda dos excedentes nos mercados locais e economia pela dispensa de compra de produtos fornecidos por ele, ofertados de forma variada e distribuída durante todo o ano. O grupo Mulheres Guerreiras vivenciou consumindo os produtos de sua horta e comercializando tanto aos vizinhos assentados como no mercado.

### **2.3 Grupo de Mulheres assentadas**

Hoje a divisão de trabalho por igualdade de gênero vem se expandido na agricultura e em áreas de assentamentos rurais e isto (BRUMER, 2004) relaciona que graças à modernização da agricultura e à adoção de novas tecnologias, o trabalho produtivo tornou-se mais complexo, obrigando o produtor a investir em novos conhecimentos, a utilizar técnicas novas e a usar máquinas agrícolas, algumas delas bastante sofisticadas. Em algumas situações, no entanto, a modernização das atividades implica a intensificação da agricultura, aumentando a carga de trabalho de todos os membros da família, mas mais intensamente das mulheres, considerando seu trabalho na esfera doméstica e no cuidado da horta.

O debate sobre gênero e agricultura familiar tem avançado bastante nos últimos anos, centrado tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nas perspectivas que se abrem para as mulheres com a ascensão cada vez maior das atividades não agrícolas como geradoras de renda no meio rural. No entanto, algumas

questões permanecem em aberto, e merecem uma reflexão quando nos perguntamos o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e as perspectivas de emancipação vinculadas a essas atividades (SILIPRANDI, 2007).

Sob uma perspectiva de gênero, a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos de sua relativamente baixa parcela de beneficiárias ao comparar-se com outros países latino-americanos. Isso é curioso, uma vez que o Brasil em 1988 estava entre os primeiros a estipular, explicitamente, que as mulheres poderiam ser potenciais beneficiárias e, junto com a Colômbia, a introduzir a possibilidade de distribuição e titulação conjunta para casais de terra distribuída através de reforma agrária.

Ainda na metade da década de 1990, as mulheres constituíam somente 12,6% das beneficiárias no Brasil, enquanto que nas recentes distribuições de terra na Colômbia esse percentual chegava a 45%. Mais adiante, uma análise comparativa com países latino-americanos que introduziram uma legislação agrária progressista em relação ao gênero na década de 1990 mostra que essas medidas foram minimamente implementadas no Brasil. Isso levanta a questão dos motivos de tal lentidão em assegurar os direitos da mulher à terra.

O que também é curioso em relação ao caso do Brasil é que as mulheres rurais, no começo da década de 1980, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nascente, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas. Suas reivindicações pelo direito à terra foram, formalmente, obtidas na Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia que, nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Artigo 189). Mas, após 1988, houve relativamente pouca persistência em relação à implementação dos direitos da mulher à terra. Levou 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defenderem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional.

Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob Reforma Agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feitas. Essa marcha em Brasília, conhecida como Marcha das Margaridas, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente,

confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos.

O movimento autônomo de mulheres rurais, ligado à Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) tem suas raízes nas atividades dos comitês eclesiais de base nas décadas 1960 e 1970 e no surgimento do novo sindicalismo na década de 1980 (DEERE, 2004).

Para Deere, 2004 a participação das mulheres na reforma agrária de acordo com o Primeiro Censo de Reforma Agrária de 1996, somente 19.905 mulheres foram beneficiadas diretas pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757. A abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, está relacionada com a crescente aceitação do argumento produtivista, ou seja, que o não reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento. Agora se reconhece que a distribuição e a titulação conjuntas da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nas assembleias dos assentamentos, nas associações e cooperativas, e que sua participação leva a melhores resultados tanto para a comunidade como para as mulheres.

Há também uma consciência crescente de que os direitos à terra fortaleceram a posição de barganha das mulheres e, portanto, sua habilidade em defender e perseguir seus próprios interesses de gênero práticos e estratégicos.

O MST tem também incorporado a discussão sobre as desigualdades de gênero na sua plataforma de luta. Por volta de 1997, o MST inclui em seus cursos de formação política os estudos de gênero. Segundo o Movimento, os estudos sobre as relações de gênero indicam como meta a construção de um novo homem e de uma nova mulher. A participação em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político.

Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. A participação das mulheres nos movimentos sociais é também um espaço de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes, mas não deixa de ser uma possibilidade de escapar do controle familiar e de vivenciar outros códigos.

A partir do envolvimento em movimentos sociais as mulheres se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, passam a reconhecer que possuem um determinado capital específico suficiente para formar um grupo de produção, ter uma



renda. Depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, estão mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos.

O Grupo Mulheres Guerreiras tem conhecimento disto desde o envolvimento com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra para acessarem sua terra, tem consciência de coletividade incentivada pelos movimentos sociais e trazem uma dinâmica própria, pois já trabalhavam a terra.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Contextualização

O grupo “Mulheres Guerreiras” faz parte do assentamento Pequeno Richard que está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião de Campina Grande – PB, a 118,9 km de João Pessoa-PB, capital do Estado, no distrito de Catolé de Boa Vista – PB. (Figura 1).

O Assentamento fica aproximadamente a 18 km de Campina Grande/PB, o que facilita o escoamento da produção e a venda de animais.



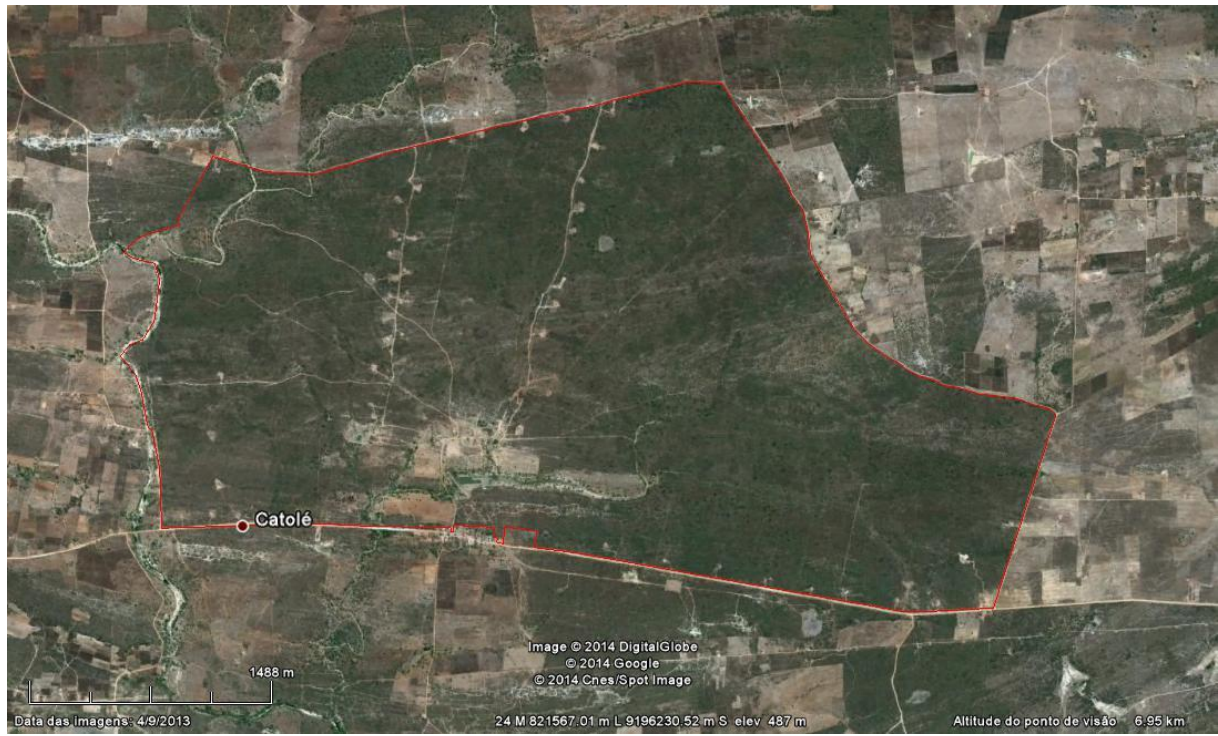
**Figura 1:** Fonte: <https://www.google.com.br/>. Acesso em 10/12/2015.

O Grupo Mulheres Guerreiras é constituído por cinco Mulheres, Luzinete, Severina (Bibi), Maria Aparecida (Cida), Gerusa e Rute. Todas são de origem rural, tem suas raízes no campo e na agricultura.

As mulheres do Grupo Mulheres Guerreiras são de origem rural e sempre trabalhavam na terra produzindo para segurança e soberania alimentar da família. Algumas trabalhavam em seu próprio roçado e também tinham que trabalhar a terra dos outros para poderem produzir mais, por falta de espaço em sua terra.

### 3.1.1 Local da pesquisa

O Assentamento Pequeno Richard é formado por 50 famílias, possuindo uma área total de 1.210 1589 ha onde cada assentado ficou com 16,1040 ha. (Figura 2).



**Figura 2:** Fonte: SIGMA do Assentamento Pequeno Richard 2014, IDS. Acessado em 2015.

O Assentamento situado na região de agreste, com características transitórias de vegetação da caatinga, precipitação baixa e por estar numa região semiárida ciclicamente ocorre períodos longos de estiagem.

No período da pesquisa (2013/2016) as chuvas ocorridas foram baixas e o assentamento por está geograficamente numa zona de transição e na faixa de divisão climática, o índice pluviométrico deve ser menor. (Quadro 1).

Ano	Valor de chuvas acumuladas
2013	347,2
2014	492,3
2015	65,2
2016	X

Quadro 1: Precipitação na região do Assentamento Pequeno Richard. Dados da AESA, monitoramento, INSA, Campina Grande - PB.

As famílias assentadas em sua maioria de origem rural embora alguns estejam retornando da zona urbana. Sendo um assentamento recente, os lotes estão se estruturados aos poucos e tomando forma, os roçados começam a surgir e as formas de convivência com a região também, com a implantação de palmas consorciadas a espécies nativas, implantação de políticas públicas, como os programas P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), ambos, programas da ASA, barragem subterrânea e fomentos.

No período da implantação da horta coletiva a região já vinha enfrentando chuvas irregulares decorrente do ciclo de estiagem prolongada que atinge o semiárido brasileiro desde 2011, o que propiciou pequena produção na horta coletiva no período de 2015, enquanto utilizavam a água do açude.

Os agroecossistemas das mulheres do Grupo são praticamente os arredores de casa com criação de galinha e alguns com canteiros, seguido do roçado com cultivo de milho, feijão e palma, e a mata de reserva. Alguns dos lotes com frutíferas e algumas medicinais e para adubação, como é uma prática das pessoas da zona rural o esterco utilizado vem do lote de quem cria.

### **3.1.2 Etapas metodológicas adotadas**

A aproximação ao Assentamento veio inicialmente de uma parceria entre o Núcleo de Extensão Rural Agroecológica – NERA da UEPB – Campus II – Lagoa Seca - PB (NERA/UEPB) e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária, COOPTERA que prestava assessoria quando integrantes deste Núcleo participavam de algumas atividades desenvolvidas por esta cooperativa no Assentamento. Mas, também, através da parceria com o MST que é o movimento de luta no período da ocupação e de implantação do assentamento e posteriormente com a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção, COONAP que assessora atualmente.

Conhecer o Assentamento é uma tarefa que se constrói gradativamente na medida em que se tem uma aproximação com as pessoas e com as organizações com as quais estão vinculadas e/ou se relacionam. A apresentação do Grupo de pesquisa formada por três educandos da Residência Agrária Especialização em Agroecologia da UEPB/PRONERA/INCRA/CNPq com o objetivo de observar as demandas do assentamento aconteceu em assembleia na casa sede, para apresentação da nova assessoria que seria a

COONAP e em seguida os educandos com o Grupo de Mulheres decidiram o que iriam trabalhar.

Um desafio para o Grupo Mulheres Guerreiras era ter produtos para fornecimento na Feira da Reforma Agrária, incentivada pela COONAP, Secretaria de Agricultura do município de Campina Grande e MST, daí a ideia do Grupo em implantar uma horta coletiva.

As oficinas de implantação da horta funcionaram como instrumento metodológico para entrosamento e aproximação entre o grupo envolvido, tanto entre as mulheres como o grupo de pesquisa com as mulheres. A oficina de confecção de tela para cercar a horta aconteceu na residência de D. Luzinete uma das integrantes do Grupo, onde as mulheres aprenderam a manusear a máquina e fazerem a tela, a COONAP montou a oficina levando a máquina de confeccionar a tela e o NERA doou o arame. A ideia de cercar com a tela além de ser uma técnica que a assessoria já aplica nas dinâmicas dos Assentamentos, seja em horta ou galinheiro, tem menor custo do que uma cerca convencional que usariam madeira, arame e grampos. No local da horta houve vários momentos conjuntos para discussão, desde o formato do canteiro até as espécies.

A observação, socialização e compartilhamento que são princípios da Investigação Ação Participativa (IAP) e da Agroecologia foram procedimentos utilizados tanto pelos educandos e assessoria quanto pelas Mulheres nas oficinas para a implantação da Horta Coletiva dentro do Assentamento, valorizando o conhecimento das mulheres que já trabalhavam com as hortas nos quintais dos seus lotes, assim como os conhecimentos que traziam de outrora como agricultoras em terras de patrão.

A horta entra no contexto de unificar o Grupo fortalecendo a troca de experiências, conhecimentos e saberes. Para tanto, foi necessário além das oficinas para implantação da Horta Coletiva, o acompanhamento e desenvolvimento das atividades do Grupo na feira da Reforma Agrária. As oficinas em geral foram utilizadas para fortalecimento do Grupo criando proximidade entre as assentadas e assentados.

As oficinas de confecção de telas para serem utilizadas nas cercas da horta se deram a partir do segundo momento de acompanhamento ao grupo de trabalho do Assentamento, na ocasião foi enfatizado que a utilização da tela diminui o uso de madeira, evitando-se assim o corte de espécies vegetais nativas do assentamento e desta forma sensibilizar as agricultoras e agricultores, disseminando o conhecimento sobre a importância de manter a vegetação tanto para a conservação do solo e água como conseqüentemente de todo o agroecossistema.

Para que fosse possível a realização das oficinas de confecção de telas, os educandos da Residência Agrária/Especialização em Agroecologia da UEPB - Campus II – Lagoa Seca –

PB conseguiram angariar fundos junto ao Núcleo de Extensão Rural Agroecológica – NERA/UEPB para compra de 50 Kg de arame e a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio as Organizações de Autopromoção (COONAP) contribuiu com a máquina e facilitação da oficina para confeccionar as telas (Figura 3).

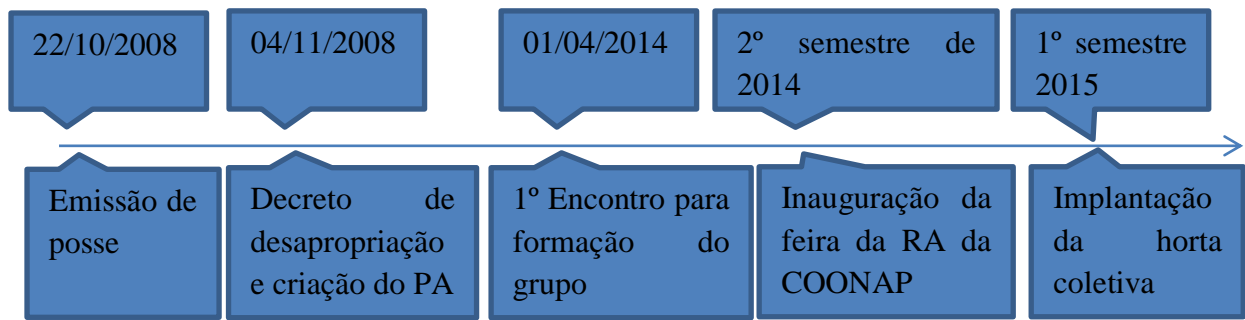


**Figura 3.** Oficina de confecção de tela no Assentamento Pequeno Richard, Campina Grande – PB, 2014, Grupo Mulheres Guerreiras. (Foto 1: Erinaldo Souto; Foto 2: Jânio Araújo).

As ferramentas metodológicas utilizadas nesta pesquisa foram: roda de conversas para conhecer a história do assentamento e do Grupo, com a construção da linha do tempo para compreensão e apropriação de sua trajetória; entrevistas em grupo e individual e construção da FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças) como ferramenta de observação e de demonstração do que o grupo tem desenvolvido e participado.

### **3.1.3 Linha do tempo como ferramenta de compreensão**

A da linha do tempo é uma ferramenta que possibilita ao Grupo uma visão de sua trajetória trazendo um resgate de sua história no Assentamento. Nela constatam o que fizeram com perspectivas novas valorizando ainda mais sua luta pela terra e o porquê de permanecer na luta.



A linha do tempo possibilita ao Grupo além de sua trajetória, uma programação de atividades futuras com previsões de prazos.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 A trajetória das “Mulheres Guerreiras”**

As mulheres do campo têm tomado posições para melhoria de suas vidas, participando de movimentos e organizações que contribuem para seu reconhecimento e valorização. Perceberam que em grupo as oportunidades são diferentes, maiores e mais presentes. Desta forma o Grupo “Mulheres Guerreiras” se organiza e resolve cultivar hortícolas e produzir artesanato, e terem mais de um instrumento para divulgarem o assentamento Pequeno Richard ao conhecimento e visibilidade de um público maior e também urbano como também para geração de renda.

As “Mulheres Guerreiras” tem consciência de que o trabalho em grupo é mais forte, produtivo e visível. Tem se organizado e participado em reuniões no Assentamento e fora dele em outros Assentamentos através de intercâmbios, onde ocorre a troca de conhecimentos.

### **4.2 A horta coletiva**

A ideia da implantação da horta veio da necessidade de produção tanto para consumo como para geração de renda. A horta coletiva teve um papel importante na vida das agricultoras, contribuindo no fortalecimento em grupo e levando a discussão e resolução de problemas de forma coletiva. A horta é um local de aprendizagem, troca de saberes, vivências e práticas.

A experiência com hortas faz parte da vida das mulheres desde a infância quando suas mães plantavam em bacias e panela de barro que eram reaproveitadas quando quebravam. E também tinham as experiências dos jiraus<sup>1</sup> no arredor de casa e nas baixadas, como também em canteiros no meio do roçado, como foi exposto por Dona Luzinete. Levar as experiências obtidas desde a infância e também de sua horta individual para a horta coletiva torna um espaço de aprendizagem. (Figura 4).

---

<sup>1</sup> Jirau – espécie de grade de varas sobre esteios fixado no chão que serve de canteiro para hortaliças ou produção de mudas.





**Figura 4:** Vivência do Grupo Mulheres Guerreiras na horta individual de Dona Luzinete para observarem o que implantariam de hortaliças na horta coletiva. Foto 3: Jânio Araújo.

No canteiro da horta aprenderam a fazer de forma que não conheciam como podemos observar no relato de Rute “a gente aprendeu a trabalhar melhor com a terra”. Segundo Rute, trabalhavam o canteiro alto e lá aprendeu a cavar em torno de 40 cm, e iam trabalhando a terra, misturando o estrume e colocando dentro do canteiro; o canteiro neste formato proporciona melhor aproveitamento da água dificultando o escoamento. Ela avaliou que desta forma foi positivo.

A horta levou o grupo a praticar estratégias para melhoria dos canteiros, como a rotação de culturas, cultivos em cobertura e policultivo, que estão nos princípios da Agroecologia. Ou seja, usando estas técnicas que promovem a manutenção equilibrada da fertilidade do solo pela incorporação de diversos nutrientes proporcionados pela diversidade de culturas; isto determina a estrutura biológica do solo (ALTIERI, 2012).

#### **4.2.1 A escolha e preparo do local**

O grupo escolheu o local de implantação da horta de forma estratégica, pois é próximo ao açude que fornece a água e dos tanques que servem de reservatório para poderem irrigar as

culturas. A limpeza do terreno foi feita pelo grupo em forma de mutirão, uma prática antiga existente no trabalho do campo. Para evitar a entrada de animais no espaço da horta o grupo resolveu cercar com tela, passando antes por uma oficina de confecção da tela oferecida pela assessoria COONAP e o Núcleo de Extensão Rural Agroecológica, NERA que forneceu os 50 kg de arame, e o grupo “Mulheres Guerreiras” se responsabilizou em confeccionar a tela e cercar a área. O grupo também fez reparo nos tanques/reservatórios de água, pois estavam com defeito. Na medida em que limpavam a área as ervas espontânea eram deixadas amontoadas num canto para servirem de adubo posteriormente. (Figura 5).



**Figura 5:** Área para implantação da horta coletiva no Assentamento Pequeno Richard, Campina Grande – PB, 2014, Grupo Mulheres Guerreiras. (Fotos 4 e 5: Jânio Araújo).

#### 4.2.2 Implantação

Na preparação e implantação dos canteiros as mulheres já tinham experiências com a declividade do terreno e tinham percebido o caminho que a água seguia no período de chuva, então como forma de contenção e contribuindo para a infiltração da água os canteiros foram montados no sentido contrário ao percurso da água, evitando a erosão do solo no espaço e a maior aproveitamento da água. (Figura 6).

Os canteiros tiveram as medidas geométricas de forma em que facilitassem o trabalho de limpeza e irrigação. Foi feito desbaste manual para a retirada das ervas espontâneas e das plantas excedentes. Na adubação dos canteiros o grupo utiliza esterco bovino que guardam em seus lotes no fundo do curral e o material que foi retirado e colocado para formar o composto. Gerusa, uma das mulheres do grupo relata que em intercâmbios aprendeu a experimentar



outros tipos de adubação, e que poderia ser feito, onde os canteiros recebiam esterco bovino, caprino e de aves, e daí viriam qual deles melhor se adaptava.



**Figura 6:** Oficina de preparação dos canteiros no Assentamento Pequeno Richard, Campina Grande – PB, 2014, Grupo Mulheres Guerreiras. (Fotos 6 e 7: Jânio Araújo).

#### 4.2.3 Planejamento do cultivo

Em experiências vivenciadas por Dona Luzinete, que fornece hortaliças de sua horta individual para o comércio local de Catolé de Boa Vista, ela propõe que no início deve ser as culturas rápidas ou de ciclo curto; as mulheres optaram pela implantação a princípio de coentro e em seguida consorciando outras hortaliças ao espaço da horta.

Em conversa na horta discutiu-se porque deveríamos plantar culturas diferentes e mudar de canteiros, pois a necessidade de nutrientes das plantas é diferente e assim permite o melhor aproveitamento dos nutrientes do solo sem esgota-lo.

O plantio foi feito no canteiro definitivo e que serviam de berçário para outros canteiros, no caso das hortaliças (alface, couve) que precisavam ser transplantadas.



**Figura 7.** Acompanhamento das hortas no Assentamento Pequeno Richard, Campina Grande – PB, 2014. (Fotos 8 e 9: Jânio Araújo).

Para a Horta Coletiva, foi realizada oficina de horticultura com todo o grupo “Mulheres Guerreiras” participando in loco. Foram abordados a partir da prática temas como: cultivar hortícolas com o conhecimento existente, havendo uma troca de saberes entre agricultoras assentadas e educandos da Especialização em Agroecologia. (Figura 7).

A produção na horta coletiva a principio foi implantada uma cultura mais rápida (o coentro) e daí foram incorporando alface, couve, tomate, beterraba, cenoura e pimentão, além de mamão e maracujá. As sementes das hortaliças foram escolhidas pelo Grupo, e fornecidas pela COONAP e as frutíferas adquiridas com vizinhos.

Devido ao prolongamento da estiagem e ao término da água do açude que era utilizada na irrigação dos cultivos, foi interrompido o plantio da horta coletiva, contudo, as mulheres vêm mantendo o cultivo de algumas hortaliças, plantas medicinais e mesmo algumas frutas em seus quintais, se valendo da pouca água que conseguem obter. No caso de dona Luzinete por ser a primeira assentada a receber a cisterna calçadão do P1+2 tem conseguido manter e ampliar as culturas ao arredor de casa.



### 4.3 A Comercialização

A comercialização dos produtos da horta era feita no comércio local do distrito de Catolé de Boa Vista graças à relação que Dona Luzinete mantinha, no Assentamento pela relação já estabelecida entre D. Luzinete e as demais famílias e na Feira da Reforma Agrária em Campina Grande pela relação com a COONAP.

Das Mulheres do Grupo, a que tinha experiência vivenciada na infância com vendas em feira era Dona Luzinete, pois acompanhava sua avó que vendia frutas e ela vendia suas ervas medicinais (folhas) para fazer chá. Este exercício mesmo sendo quando criança propiciou a dona Luzinete o conhecimento específico de como lidar com os fregueses, como organizar a produção para ser vendida, entre outras práticas que ao somar-se com outras experiências acumuladas ao longo da vida dela permitiram assumir na família a tarefa de comercialização e ao participar do Grupo de Mulheres pode partilhar toda esta experiência.

O espaço de comercialização dos produtos funciona também como uma escola de troca de saberes, as agricultoras além de venderem trocam experiências em forma de relato e conversa. (Figura 8).



**Figura 8.** Horta coletiva do Assentamento Pequeno Richard, Campina Grande – PB, 2014. Feira da Reforma Agrária da COONAP. Foto 10: Erinaldo Souto e Foto 11: Site da COONAP.

Com base no texto de Souza (2015 apud Apaidurai 2008) as mercadorias engendram formas sociais e partilhas de conhecimento que estão relacionadas com componentes técnicos,

mitológicos, de ordem cosmológica que são compartilhados nos processos de trocas. No universo dos mercados e das feiras livres, em diferentes universos, evidenciamos a construção e reconstrução cotidiana de conhecimentos no universo de trocas de mercadorias, que envolvem o estabelecimento de mecanismos de reciprocidade entre feirantes e fregueses.

Sendo uma feira da Reforma Agrária e restrita aos participantes que são assentados e com realidades parecidas, a socialização entre eles facilita na resolução de algum problema, que seja de ordem técnico-produtivo (cultivo em horta, no roçado, com a criação) ou mesmo burocrático.

#### 4.4 Mulheres Guerreiras e suas conquistas

Como Grupo Mulheres Guerreiras conseguiram para a horta junto a COONAP, trator manual, bomba de água, mangueira, 02 enxadas, 02 enxadecos, cano para irrigação, 02 pás, 02 carros de mão e o kit jardinagem para a horta, a tela (doação do NERA), e também a oficina de tela com a COONAP e o NERA, uma máquina de costura elétrica (doação do NERA) para produção de artesanatos. (Figura 9).



**Figura 9:** Materiais para utilizarem na horta, adquiridas pela COONAP e NERA. (Fotos 13 e 14: Jânio Araújo).

O trabalho em Grupo propiciou intercâmbios para conhecerem experiências com hortas em outros municípios, como experiências em Lagoa Seca, PB. A aquisição do P1+2 como uma nova conquista que fará com que as mulheres trabalhem também em sua horta individual, levando a experiência vivenciada na horta coletiva.

A participação nos grupos que existem no assentamento segundo Gerusa facilita nas benfeitorias que são adquiridas para os lotes, entrou no Grupo Mulheres Guerreiras para dar uma levantada “gente estava parada sem ganhar nada e daí à ideia de participar do grupo mulheres guerreiras, ganhar um dinheiro a mais”.

Para Gerusa a horta não trouxe muita coisa porque faltou chuva, e se o açude não tivesse secado teriam vendido muito, mas a horta trouxe o conhecimento. A partir do grupo surgiram convites para intercâmbio junto a COONAP e outras oficinas, de licor, trufas, artesanato em emborrachado, além dos materiais. “Conseguimos gerar renda com o grupo mulheres guerreiras, levamos coentro para a feira e vendemos”. “Participar de grupo aumenta a autoestima, me tirou da fossa, se não fosse essas coisas eu estaria louca dentro do quarto”. Ter a terra e se adaptar a realidade de uma região de caatinga tendo vindo de uma região de brejo, foi um desafio grande que levou Cida a se apaixonar pelo local.

#### 4.5 Avaliando e criando perspectivas

Em conversa com o grupo para avaliação da horta coletiva foi utilizado como instrumento de entendimento a FOFA, onde as mulheres apontaram as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. O Grupo constatou uma série de atividades desenvolvidas que ao ver de forma sistematizada têm a dimensão de sua trajetória, surpreendendo-se. O Grupo “Mulheres Guerreiras” espera voltar a colocar a horta para produzir e gerar renda e voltar a se fortalecer em irmandade com mais união. (Quadro 2, Figura 10).

Fortalezas	União, a grande Fortaleza do grupo.
Oportunidades	Participação na feira da Reforma Agrária. Vender nos mercadinhos locais. Irem a João Pessoa participarem da feira na Campanha contra o uso de agrotóxico por uma alimentação de qualidade sem veneno. Participarem nas feiras da Praça da Bandeira que acontecem em datas comemorativas. Sair e conhecer outras realidades. Conhecerem o artesanato com a bucha vegetal, resgatarem e serem premiadas. Conhecimento adquirido. Depois da formação do grupo, surgiram trabalhos com as crianças do

	<p>assentamento envolvendo educação ambiental, valorização da terra e da história de luta de seus pais para conseguirem.</p> <p>Chegada de pessoas novas no trabalho da Catequese com as crianças.</p> <p>Em grupo as oportunidades convites são mais frequentes.</p>
Fraquezas	<p>Pensar, Planejar e Avaliar mais os passos a sem dados.</p> <p>O Grupo se dedicou muito e não teve um retorno financeiro.</p>
Ameaças	<p>Os canteiros econômicos em casa.</p> <p>O calçadão porque cada assentado terá sua horta em casa.</p> <p>Distância.</p>

Quadro 2. FOFA.

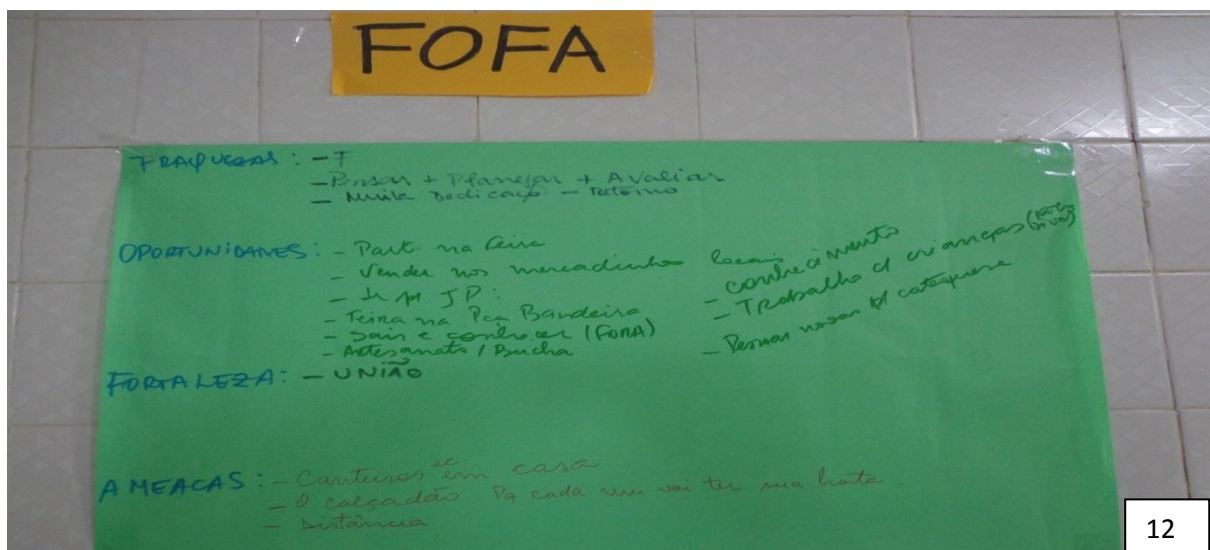


Figura 10: Metodologia da FOFA. (Foto12: Erinaldo Souto).

O P1+2 tem tido um papel muito importante na vida das agricultoras nas comunidades onde tem sido implantado, pois possibilita a produção ao redor de casa, a soberania e segurança alimentar na produção agroecológica, além de aumentar e movimentar a economia familiar. Este programa começa a ser implantado no assentamento com Dona Luzinete membro do Grupo “Mulheres Guerreiras” e nesta primeira etapa serão implantadas 14 tecnologias (cisterna calçadão).

Percebe-se que o Grupo almeja retorno a horta coletiva com mais afinco e uma boa produção. Deseja produzir no P1+2 e comercializar na feira, uma delas trazendo os produtos da outra para venda.

Esta nova situação precisa ser refletida com o Grupo no sentido de identificar quais os objetivos que a horta coletiva venha cumprir. O cuidado com o programa é de dar



resignificado à produção com hortas e isto a assessoria tem um papel fundamental, pois o grupo pode trabalhar de forma individualizada mas a socialização do conhecimento deve estar presente sempre de forma coletiva.

Dona Luzinete sonha em ter um pé de Jabuticaba “e quer produção de milho, feijão, maxixe, quiabo, jerimum, batata doce quer ver de tudo um pouco para ter barriga cheia, sem precisar estar indo lá na feira indo comprar um quilo de feijão e eu já vi aqui um ano aqui com meus silos tudo cheio”. Quer ver a horta coletiva produzindo e gerando renda para o grupo. Com isto a independência, a soberania e segurança alimentar e nutricional, e ainda a autonomia.

Bibi, em seus sonhos pretende dar continuidade ao trabalho de catequese com as crianças e os jovens, o lote cercado e com um açude. Que o grupo volte a se unir.

Cida gostaria de fazer algo que pudesse chamar a atenção dos outros assentados, que pudesse servir de modelo e eles aprendessem com as práticas que estão ali sendo desenvolvidas, coisas relacionadas com preservação que eles pudessem aprender e ensinar. Fazer um açude e ter uma criação de peixe, também se interessa muito pela meliponicultura e já começou a cultivar plantas destinadas para essa atividade. Pretende tornar o lote como local de visita que possa receber as pessoas para troca de experiências e que o lote se transforme num espaço de vivências para aprendizagem e disseminação do conhecimento. Ter a terra e se adaptar a realidade de uma região de caatinga tendo vindo de uma região de brejo, foi um desafio grande que levou Cida a se apaixonar pelo local.

Tanto Rute como Gerusa tem o sonho de organizar o lote, pretende criar porcos, ovelhas e galinhas, aumentar a área de plantio.

Diante dos sonhos das Mulheres Guerreiras percebe-se que todas desejam a união do Grupo, que possam produzir e gerar renda, e também estruturar e estabilizar o lote.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do grupo “Mulheres Guerreiras” permitiu acesso a: conhecimentos, políticas públicas (Recursos financeiros e materiais), maior possibilidade de articulação tanto em redes temáticas/com em outros grupos como em redes políticas mais amplas.

A horta como espaço de troca de conhecimentos acumulada desde a infância que as “Mulheres Guerreiras” implantaram, propiciou a construção coletiva de conhecimentos. Estes conhecimentos novos adquiridos no trabalho servirão para toda vida e estão relacionados com a realidade do agroecossistema de região semiárida (escassez de água). Um exemplo destes conhecimentos é a cobertura morta, que diminui a evaporação e melhora o aproveitamento da água.

O mutirão como uma prática organizativa foi importante para suprir demandas de mão-de-obra na horta e manter as demandas individuais do agroecossistema. Atualmente existe um coletivo que trabalha rotacionando seus membros na execução das demandas membros participantes.

Com o trabalho, evidenciou-se a importância da solidariedade dos homens (marido e filho de uma das componentes do grupo em tarefas como limpeza do espaço, reparo dos tanques, construção da cerca e irrigação).

Outra prática adquirida como resultado deste trabalho foi o de materiais genéticos, como fruteiras, oportunizados nos intercâmbios que também propiciaram ao Grupo “Mulheres Guerreiras” conhecer novas realidades.

Quando a integrante mais jovem do Grupo relata que a forma como foi implantado o canteiro despertou para que se apropriasse do conhecimento e o aplicasse na sua horta individual, verificamos que a troca dos conhecimentos foi efetiva e permanente.

Foi possível observar que a horta aumentou a renda, e também melhorou na alimentação das famílias.

Existe um potencial do Grupo em cumprir um papel de referência em experiência para o assentamento e para fora dele, como é o caso de Cida que pretende tornar seu lote um local de visitas e aprendizado para outras famílias, em seu lote já implantou a técnica de raleamento para implantação do roçado.

Finalmente é possível afirmar que o reconhecimento como mulheres produtoras capazes de gerar renda e de mobilizar outras mulheres a produzirem individualmente, por parte das participantes, é um resultado importante e visível.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Anais do seminário nacional de assistência técnica e extensão Rural. Uma nova extensão para a agricultura familiar. 1997.
- AMBRÓSIO, L. A.; PERES, F. C.; SALGADO, J. M. Diagnóstico da contribuição dos produtos do quintal na alimentação das famílias rurais: Microbacia D'água F., Vera Cruz. Informações Econômicas, São Paulo, v. 26, n. 7, jul. 1996.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. rev..ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012. Pág. 260/261.
- BRITO, M. A. e COELHO, M. F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades autosustentáveis. Agricultura Tropical, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a promoção do Desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre (RS), 2004.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, janeiro-abril/2004, 213p.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. University of Massachusetts. Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.
- DRESCHER, A.W. (1996): Management Strategies in African Homegardens and the Need for new Extension Approaches. In: HEIDHUES, F. & FADANI, A.. Food security and innovations: successes and lessons learned. Peter Lang, Francfort: 231-246.
- DUBOIS, J.C.L. Manual agroflorestal para a Amazônia. V.1. Rio de Janeiro: Instituto Rede Brasileira Agroflorestal, 1996. 228p.
- FALL, P.L. FALCONER, S.E. LINES, L. Agricultural intensification and the secondary products revolution along the Jordan Rift. Human Ecology, v.30, n.4, pg. 445, 2002.
- GUIMARÃES, R.G. A importância de quintais domésticos com relação à alimentação e renda familiar. Rio Claro, 1998. 40p. Monografia (Graduação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- HARWOOD, R. R. Desarrollo de la pequeña finca. San José, Costa Rica: IICA, 1986.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MALUF, R.; REIS, M. Conceito e princípios em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Ryerson University/Centro de Referência em SAN/UECE. 2009

MARCH, R. HERNÁNDEZ, I. El aporte económico del huerto a la alimentación y la generación de ingresos familiares. In: LOK, R. Huertos Caseros Tradicionales de America Central: características, benefícios e importância desde um enfoque multidisciplinario. Costa Rica: Andes, 1998. p.151-183.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pagina virtual. Acesso dezembro 2015.

OKLAY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

PINHEIRO, F. Quintais agroecológicos: resgatando tradição e construindo conhecimento. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 20 set. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. RURBANIZAÇÃO E PLURIATIVIDADE: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso)1. Viçosa, 2003.

SIGMA – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS. Acesso em 20 de dezembro 2014.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar E Mulheres Rurais. *Rev. Bras. Agroecologia*, v.2, n.1, fev. 2007.

SOUZA, Carolina Rezende de. Os mercados e feiras livres como lugares antropológicos de relações sociais de trocas materiais e simbólicas no Vale do Jequitinhonha: Tecendo alguns horizontes e perspectivas na promoção da diversidade cultural. *Revista Observatório da Diversidade Cultural* Volume 2 N°1 (2015) Pag 29.

THEODORO, S. H; DUARTE, L. G.; ROCHA, E. L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.). *Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável*, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VALDERMEER, John. The Ecological Basis of Alternative Agriculture. *Annual Review of Ecology and Systematics*, volume 26, 1995, pags 201-224.

## **Anexos**

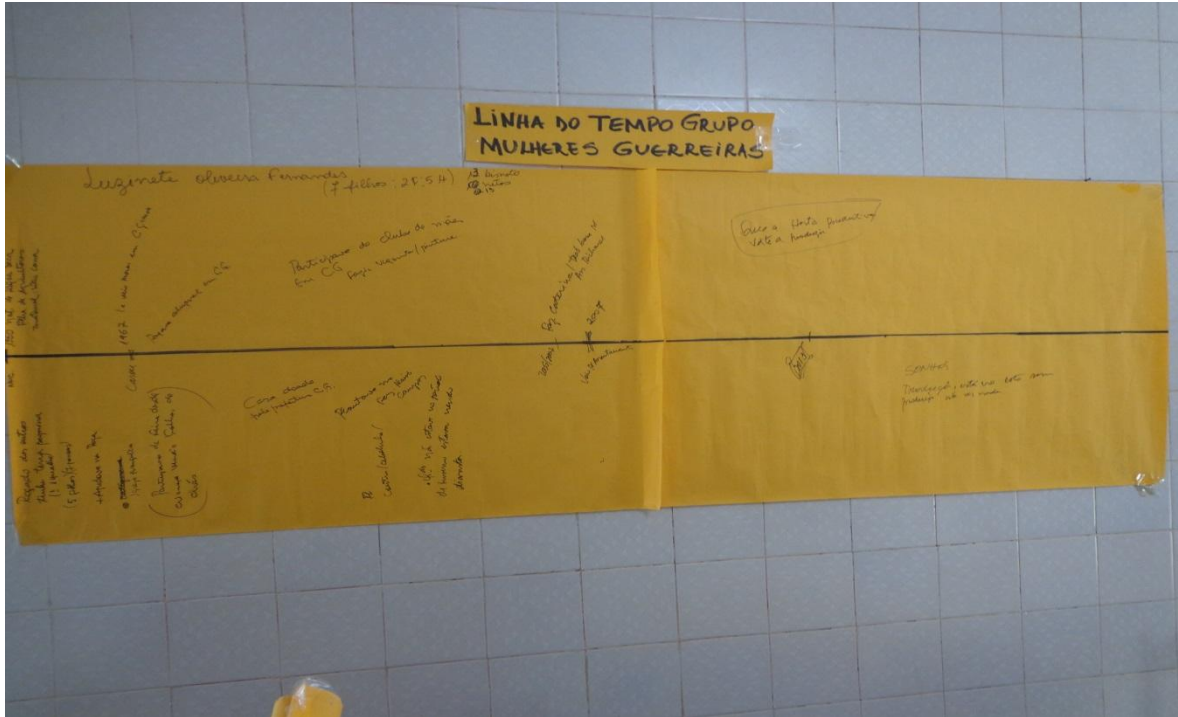
## Anexo I

**Imagens da sistematização com o Grupo Mulheres Guerreiras, Linha do Tempo do Assentamento, do Grupo no Assentamento e individual. Sistematização da FOFA.**



Etapas e construção da metodologia participativa, Linha do Tempo do Assentamento. Foto: Erinaldo Souto e Gilmar Lima.

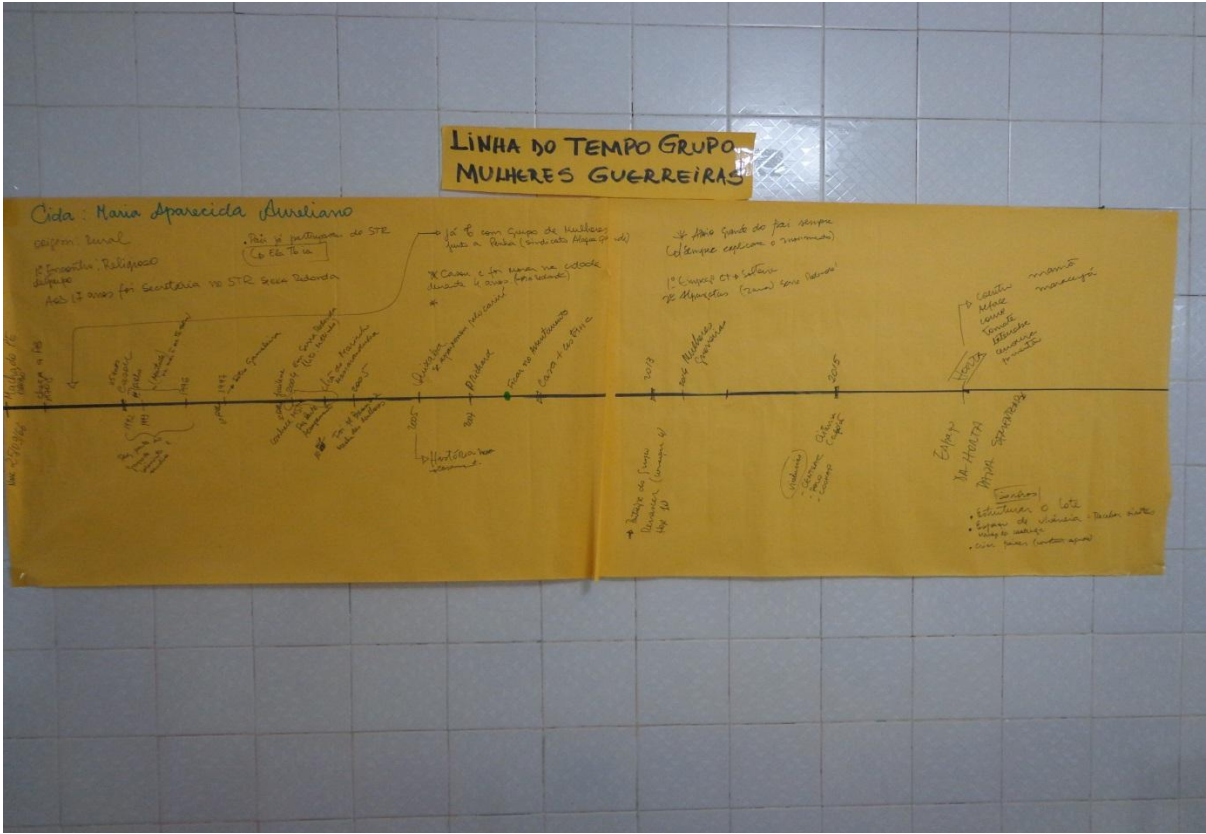




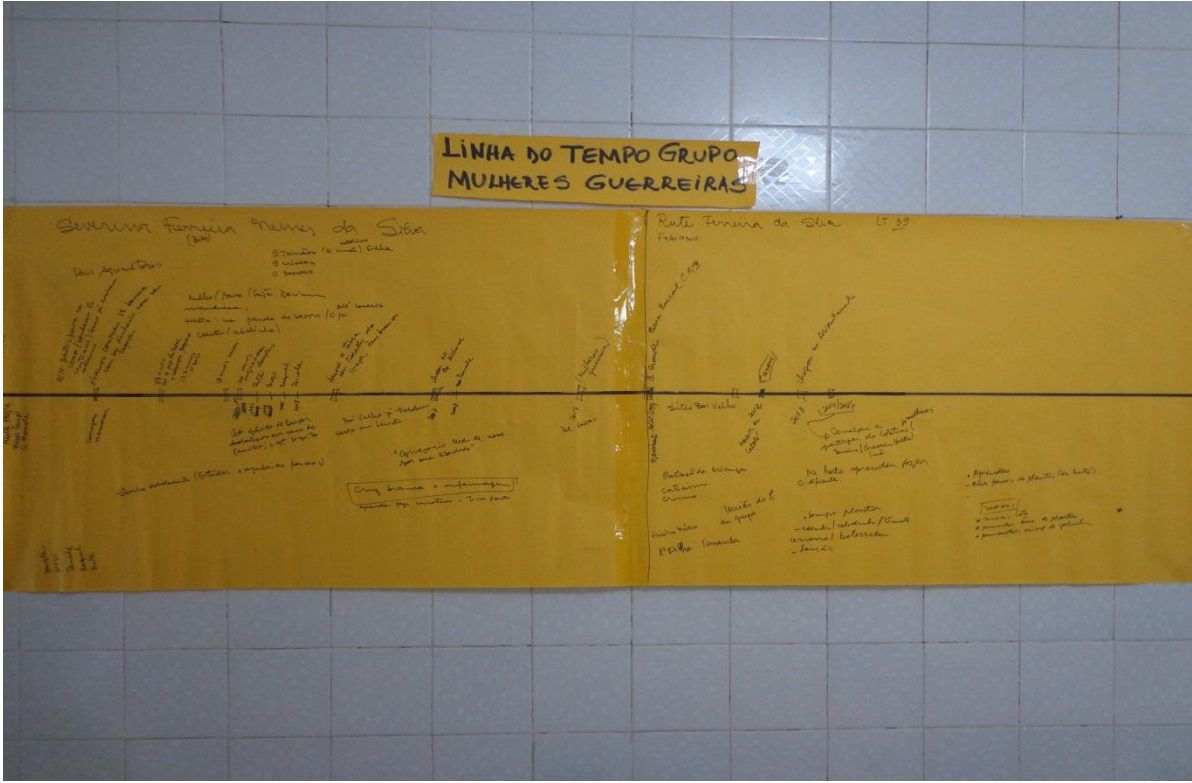
Sistematização da linha do Tempo de Dona Luzinete. Foto: Gilmar Lima e Erinaldo Souto.



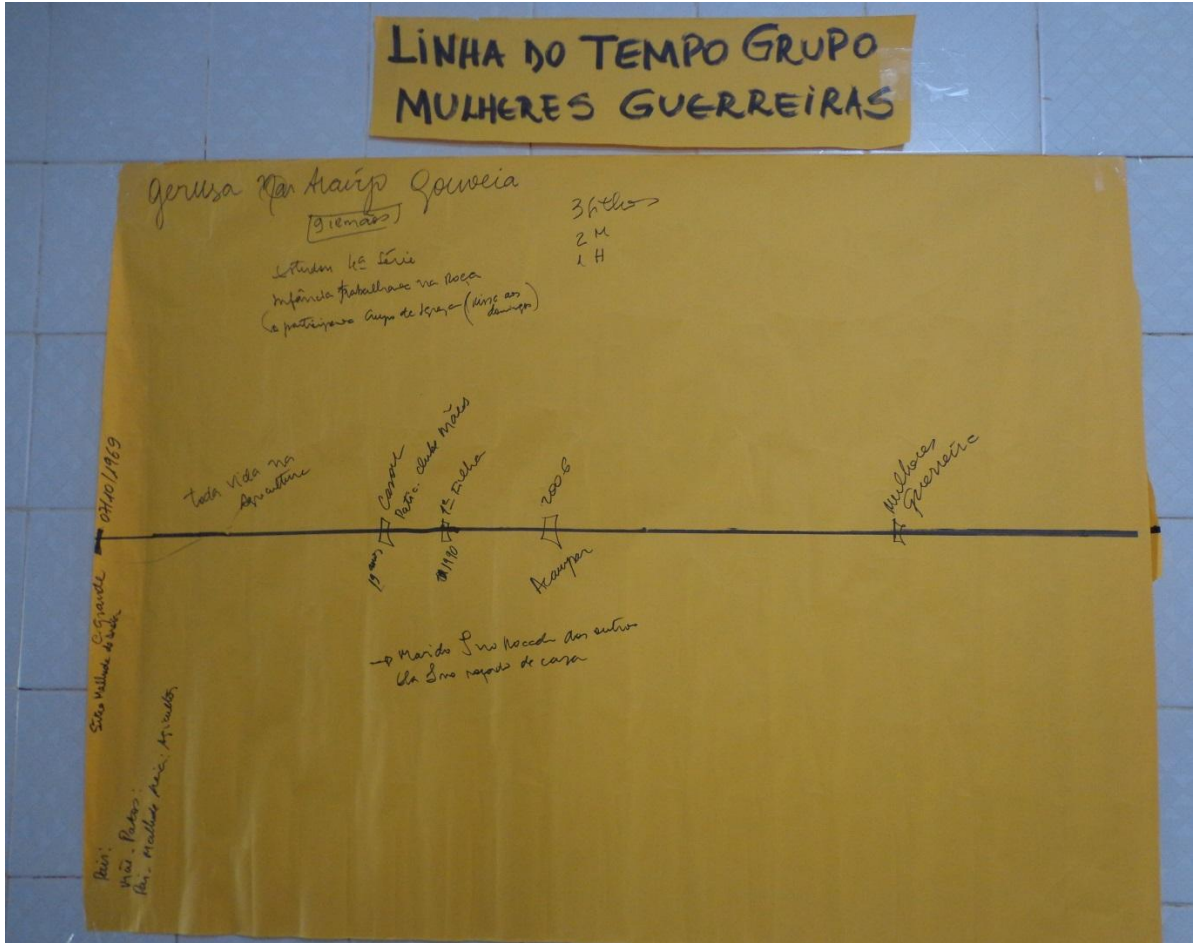




Sistematização da linha do Tempo de Cida. Foto: Gilmar Lima e Erinaldo Souto



Sistematização da linha do Tempo de Bibi e Rute. Foto: Erinaldo Souto.



Sistematização da linha do Tempo de Gerusa. Foto: Erinaldo Souto.





Implantação da horta. Foto: Jânio Araújo.





Implantação da horta. Foto: Jânio Araújo.

## Anexo II

### Entrevistas sistematizadas com as Mulheres do Grupo

#### Plantando histórias, colhendo vivências e resgatando o conhecimento.

##### Luzinete e sua trajetória de vida

Integrante de uma família de sete filhos, Luzinete Oliveira Fernandes, nasceu no Sítio Cana em Lagoa Seca na Paraíba no dia 15 de junho de 1950. Seus pais de origem rural e trabalhavam a terra produzindo para segurança e soberania alimentar da sua família possuindo cerca de um quadro para morar e plantar. Tinham seu roçado próprio, mas era muito pequeno como ela relata “roçado grande só fora onde ele trabalhava. Criavam galinha e às vezes tinham uma cabra no terreiro”. No roçado plantavam de tudo, milho, feijão, semente de jerimum. Dona Luzinete sempre acompanhava o pai nas atividades da roça. Seu contato com atividades externas veio pela avó indo para a igreja onde participava do grupo de catecismo como também acompanhava a avó que vendia frutas na feira e ela vendia suas ervas medicinais (folhas) para fazer chá.

Não se envolvia nas atividades sindicais rurais, embora seu pai contribuísse. Depois de casada com Edgar Fernandes passa a morar em Campina Grande, têm seus sete filhos, e neste período começa a participar do Clube de mãe onde aprendeu a trabalhar com o artesanato em Vagonite e pintura em pano de prato. Dona Luzinete também desenvolveu durante 15 anos, duas vezes por atividades de diarista em Campina Grande, PB o que contribuía no orçamento doméstico. Sua primeira participação em atividades de movimentos e luta pela terra foi na fazenda Caterina, próximo ao morro do urubu, em Campina Grande. Ficando dois meses acampados entre os anos de 2006/2007. A reunião era coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na pessoa de Lito dirigente na época, e fazia um trabalho de base para ocupação do atual assentamento Pequeno Richard. Esta experiência a aproximava do sonho de ter uma terra para poder produzir.

O desejo de Dona Luzinete pela terra, além de sua origem, via que Seu Edgar sempre trabalhou com roçado em terras alheias e pensava na forma de encontrar um espaço para plantar e morar “um dia eu ainda realizo meu sonho de arrumar um canto bem grande para a gente morar e criar os bichinhos da gente e de 5 horas da manhã colocar comida para todos os bichos”. Em 2007 chega ao assentamento Pequeno Richard acampando junto ao grupo de mais de 50 famílias, buscando o mesmo objetivo que era ter sua terra para trabalhar. Dona Luzinete hoje assentada do lote 19 desenvolve todas as atividades da casa, trabalha no lote na

divisão de tarefas junto ao companheiro Edgar na lida com os animais, como também na sua horta individual.

Em 2014 um grupo de mulheres se reúne com objetivos de produzirem para a feira da Reforma Agrária que é inaugurada em Campina Grande pela assessoria da Coonap em parceria com a prefeitura, cria-se o nome “Mulheres Guerreiras”, então o grupo passa a confeccionar artesanatos e produzirem numa horta de forma coletiva para venderem na feira e mercado local. As experiências com hortas vinham lá da infância, onde as hortaliças eram plantadas nas bacias de lavar roupa quando quebrava ou furava e também no meio do roçado sempre tinha uns canteiros de coentro. Hoje possui uma horta individual em seu lote e suas experiências com sua produção é levada para a horta coletiva do grupo Mulheres Guerreira.

Dona Luzinete sonha em ter um pé de Jabuticaba “e quer produção de milho, feijão, maxixe, quiabo, jerimum, batata doce quer ver de tudo um pouco para ter barriga cheia, sem precisar está indo lá na feira indo comprar um quilo de feijão e eu já vi aqui um ano aqui com meus silos tudo cheio”. Quer ver a horta coletiva produzindo e gerando renda para o grupo.

O tão esperado desejo do acesso a terra torna realidade uma historia de vida.



“Hoje estou aqui. Hoje realizei meu sonho!”.

### **Bibi e sua trajetória**

Severina Ferreira Nunes da Silva, conhecida por Bibi, nasceu no dia 17 de outubro de 1969 no sítio Monte Alegre, zona rural do município de Campina Grande, PB. Vem de uma família rural que vivia da agricultura, mas tinha que trabalhar na terra dos outros porque só tinha 2 ha para produção e sustentar onze pessoas.

Veio de uma infância simples e relata que realizou o sonho de comprar uma boneca aos 14 anos trabalhando no roçado de terceiros. Conta ainda que as bonecas que ela brincava eram feitas de sabuco de milho. Relembra que na adolescência já trabalha, tomando conta das mulheres que ganhava menino em troca de alguma coisa. Tinha o sonho de estudar para poder ajudar os pais, crianças e as pessoas idosas. Bibi ajudava o pai na colheita de feijão. Aos nove anos começava a participar do grupo da igreja, grupo este que tinha como objetivo ensinar catecismo as outras crianças. Sua mãe fazia parte do sindicato, mas não se envolvia com as atividades nem participava das reuniões. O primeiro contato com a história de luta pela terra foi quando participava de um grupo da igreja e o padre os levou para dar apoio aos acampados na época do acampamento no assentamento Paus Brancos, que se encontrava em conflitos.

Antes do casamento, sofreu preconceito da família do marido que não queria por ela ser negra. Mas aos 14 anos quando o viu pela primeira vez já declarando que seria seu companheiro. Porém só aos 19 anos se casa, tendo seu filho Douglas aos 20 anos.

Achando que o casamento iria possibilitar uma vida de menos trabalho e suas obrigações seriam somente com a casa, se depara com todo o trabalho da roça além da casa e com os filhos. Bibi quando estava grávida dos seus dois primeiros filhos trabalhou como diarista numa casa de família, pois precisava ajudar na renda. Hoje não trabalharia na casa de ninguém, pois considera um trabalho desvalorizado “não faria mais não! Com fé em Deus eu não faço mais, porque é muito humilhante trabalhar para os outros”.

Seu marido trabalha fora durante a semana e ela realiza as atividades do lote “eu ajudo né, assim eu dou uma ajuda, quando ele tem tempo ontem mesmo ele não teve tempo”. Quando é para trabalhar na forrageira quem faz é ele porque eu tenho medo de energia.

No roçado era cultivava milho, feijão, fava, mandioca para fazer farinha e bejú. A mãe de Bibi tinha sua horta em bacias de barro feitas por sua avó paterna (artesã) que era louceira e fabricava até os pratos que a família comia. À medida que as bacias se quebravam sua mãe ia



aproveitando. Na comunidade não existia mutirões nem grupo coletivo, porém existia uma troca de alimentos principalmente de farinha entre as pessoas mais próximas.

O desejo de ter liberdade foi à motivação para se inserir no processo de luta pela terra. As primeiras reuniões foram acompanhadas por seu marido quando ainda moravam no Boi Velho e receberam a proposta por Lito para participarem de uma reunião em Catolé de Boa Vista. Bibi conta que veio para o assentamento ainda no processo de acampamento grávida. Após o nascimento da filha recebeu um atestado de 3 meses para ficar em casa, porém só permaneceu 15 dias e retornou para o acampamento. “Não mãe eu não quero ficar aqui não, eu quero ficar lá no acampamento, lá eu tenho o povo, lá em converso, eu gosto de gente”. Bibi hoje assentada da Reforma Agrária no lote 29.

Em seus sonhos pretende dar continuidade ao trabalho com as crianças e os jovens, com um açude e o lote cercado. Que o grupo volte a se unir.



“eu me sinto muito bem aqui se fosse para começar tudo de novo eu começaria só pela minha liberdade”. Bibi

### **Cida e sua trajetória**

Maria Aparecida Laureano, Cida, nasceu no dia 25 de setembro de 1966 no município de Machado, PE, hoje mãe de três filhos. Filha única adotiva de Dona Maria e Seu João Ivo, que sempre trabalharam na roça como meeiro e logo depois no sistema de foro. Trabalhavam muito no cultivo e na criação para poder pagar o foro. Plantavam mandioca, milho, feijão, inhame, batata, coentro, cebola, alface e mostarda e criavam galinha, peru, vaca e porco. Cida com 4 anos chega a Paraíba com seus pais para morar na cidade de Serra Redonda. “eu sou filha adotiva não conheço meus pais legítimos e ninguém da família, conheço esses aí que me criaram com 3 dias de nascida”. A sua adolescência foi cheia de ilusão da cidade, se



encantava, tudo era bonito. Morava na zona rural e não valorizava, achava que não tinha liberdade, pois só saía para missa ou o terço com os pais. Na infância e adolescência ajudava plantando no roçado, mas era pouco, não gostava.

A vivência de grupo começa com trabalhos na igreja como coroinha e também no sindicato junto a seu pai que era atuante como presidente. Sua participação junto ao sindicato foi graças ao empenho de seu pai daí Cida chegou a ser secretária na época. Seu pai se elege presidente do sindicato de Serra Redonda em 1978. Também participava de um grupo de jovens e ainda atuava junto a militante Penha com um grupo de mulheres de quatro municípios, Alagoa Grande, Ingá, Juarez Távora e Serra Redonda na Paraíba.

Casa-se em 1992 e vai morar na cidade de Serra Redonda, PB “Eu já casei velha com 25 anos minha adolescência foi comprida demais”. Em 2003 tem seu primeiro filho, encontrou tempo para participar de um grupo de artesanato de labirinto. Por indicação médica volta a morar no Sítio Gameleira na Zona Rural de Serra Redonda com seus pais, teve mais dois filhos. Em seu cotidiano realiza todas as atividades na casa, lavar, passar, cozinhar, cuidar dos pais que são idosos e necessitam de atenção, e também trabalha no campo.

Seu primeiro emprego foi numa fábrica de bijuteria como operadora de máquina em Campina Grande, PB. Depois de casada trabalhou na Alpargatas, filial em Serra Redonda, por quase 3 anos. Sempre quis independência financeira.

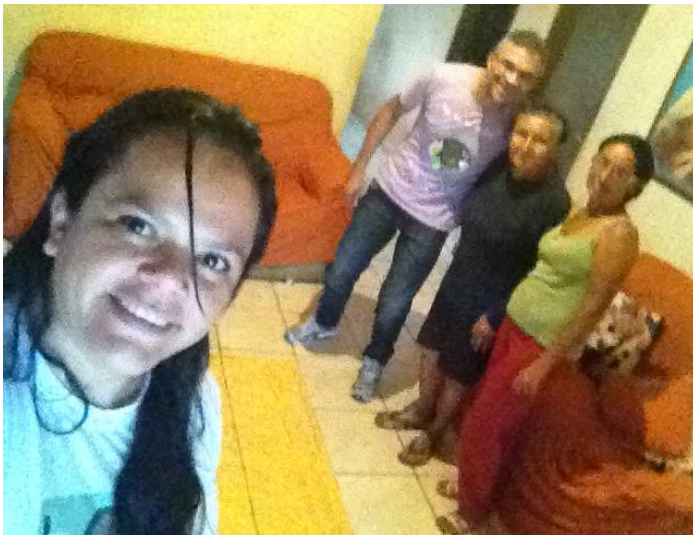
O fator que os levou a acampar foi à quantidade de terra em Serra Redonda era pequena não chegando a ser nenhum quadro e precisavam produzir. Então foi convidada por uma prima para conhecer o MST e o acampamento na Chã do Marinho em Massaranduba, PB, eram cerca de 30 pessoas acampadas 2004, sob a coordenação de Miltinho e Lito.

Cida logo acampa e faz um acordo para ficar nos fins de semana. Nessa época o pai de Cida também resolve se assentar. Em 2005 vai a Brasília participar da Macha das Mulheres onde participaram aproximadamente dez mil mulheres. Na volta de Brasília em uma das reuniões, Lito dirigente do acampamento informa sobre vagas que tinham no Cariri. Cida conta que das 30 pessoas só a família dela e a de Marcos Eloi se desafiaram a vir. As outras pessoas não quiseram pelo fato de ser no Cariri. Ela relata que quando chegou a Quixaba achou aquilo tudo muito bonito decidindo ficar, isso em 2005. Três anos depois ela é informada sobre o assentamento Pequeno Richard, e que o número de famílias desistentes era grande isso em 2007. Foi sugerida em ir para o Richard. Após acampar, Cida é assentada no lote 17.

Cida e o pai continuam sempre participando das reuniões a mãe quando pode e a filha mais nova acompanha. Já mostrando interesse pela preservação do lote. Com a formação do grupo Cida acha que o ponto mais positivo do grupo é a união, também sendo uma forma de troca de

experiências, uma maneira de se ver mais também já que os lotes são bem distantes. Cida diz que não sabe como vai ficar o grupo quando chegar à cisterna calçadão já que uma das atividades que o grupo vinha desenvolvendo era o cultivo de hortaliças na área coletiva e com a chegada da cisterna vai proporcionar justamente isso. E acha que é possível à realização nem que seja de uma reunião mensal. Acha também que o local pode ser usado como uma sementeira. Não perdendo a área coletiva e a individual.

Gostaria de fazer algo que possa chamar a atenção dos outros assentados, que pudesse servir de modelo e eles aprendessem com as práticas que estão ali sendo desenvolvidas, coisas relacionadas com preservação que eles pudessem aprender e ensinar. Fazer um açude e ter uma criação de peixe, também se interessa muito pela meliponicultura e já começou a cultivar plantas destinadas para essa atividade. Pretende tornar o lote como local de visita que pudesse receber as pessoas.



“Participar das reuniões é uma possibilidade de se manter unida com outras famílias”

### **Gerusa e sua trajetória**

Gerusa de Araújo Gouveia nasceu no dia 07 de outubro de 1969, em Campina Grande, PB, do sítio Malhada de Areia. Filha de agricultores e também agricultora desde criança, diz que quem não podia com a enxada arrancava mato de mão. Nascida junta com seus irmãos na agricultura. Agradecida ao pai por ter colocado para trabalhar na agricultura, “se não fosse ele e Deus o que seria de mim que não sabia fazer nada”. A família de nove filhos, todos participavam do roçado. A infância foi no roçado na enxada, mas seu pai colocou para estudar, e só fizeram até a quarta série, pois onde estudavam e moravam só era o que tinha, “que bom que meus filhos tiveram a oportunidade de estudar mais”. Não tinham tempo de

brincar na semana, só aos domingos e iam às forras. Gerusa relata que naquele tempo mulher não podia trabalhar fora, por conta do preconceito.

No roçado plantavam fava, feijão, milho, algodão, jerimum, melancia, abóbora, seu pai criva boi com abóbora, e relata ainda que um ano bom de inverno enchiam os quartos de legume, criavam bode, não em sua terra que era muito pequena, colocavam na terra de outra pessoa e de duas crias o dono da terra ficava com uma.

Não tinham horta, mas sua mãe costumava plantar o coentro numa bacia, quando não usavam mais e plantava o coentro. Na adolescência tinha sonhos, se fosse hoje queria estudar, e trabalhar. Seu pai participava de uma associação de trabalhadores rurais, mas o contato com grupos era da participação na igreja, sua primeira reunião foi no clube de mães quando se casou. “Pensei que ia me casar e parar mais de trabalhar. Piorou”. Seu marido trabalhava em fazenda e ela no roçado. Gerusa foi influenciada por Lito para participar do acampamento no Assentamento Pequeno Richard, mas relata que não sabia o que era sem terra, tinha a ideia de que sem terra era só matar e destruir. O que a fez entrar no assentamento foi não ter terra para plantar e criar. Acampou em 2006. Hoje é assentada da Reforma Agrária no lote 29.

A participação nas reuniões era Gerusa, se juntava ao grupo de mulheres do assentamento, pois uma fortalecia a outra até no percurso. Gerusa diz ainda que participa das reuniões porque é melhor ouvir do que contarem como foi uma reunião.

A participação nos grupos que existem no assentamento segundo Gerusa facilita nas benfeitorias que são adquiridas para os lotes, participou do primeiro coletivo, que trabalhavam artesanato e depois com o surgimento do grupo Mulheres Guerreiras para dar uma levantada “gente estava parada sem ganhar nada e daí à ideia de participar do grupo mulheres guerreiras, ganhar um dinheiro a mais”.

Para Gerusa a horta não trouxe muita coisa porque faltou chuva, e se o açude não tivesse secado teriam vendido muito, mas a horta trouxe o conhecimento. A partir do grupo surgiram convites para intercâmbio junto a COONAP e outras oficinas, de licor, trufas, artesanato em emborrachado. Conseguiu com o grupo, trator manual, bomba de água, mangueira, 02 enxadas, 02 enxadecos, cano para irrigação, a tela para cercar a horta e também a oficina de tela junto a COONAP, 02 pás, 02 carros de mão e o kit jardinagem para a horta. “Conseguimos gerar renda com o grupo mulheres guerreiras, levamos coentro para a feira e vendemos”. “Participar de grupo aumenta a autoestima, me tirou da fossa, se não fosse essas coisas eu estaria louca dentro do quarto”.

O sonho de organizar o lote é grande, pretende criar porcos, ovelhas e galinhas. Já plantou o roçado. Perguntada o que Gerusa levou para horta que já tinha, ela respondeu que o canteiro

que fazia era diferente, e que aprendeu a plantar cebola, cenoura, beterraba, na adubação já sabia que usava esterco de vaca, de bode, de galinha.



“Não tenho vergonha de dizer que sou agricultora, pego numa enxada, faço qualquer coisa”.  
 “Quero a volta do grupo e retomar as hortas”.

### **Rute e sua trajetória**

Rute Ferreira da Silva, assentada da Reforma Agrária, nascida em 10 de dezembro de 1994, filha de agricultores então teve toda infância no sítio. Casada e mãe de uma filha. Na infância gostava de ir à escola e terminou o ensino médio, mas nunca foi de muitos amigos.

Sempre ajudava com a lida de casa e do roçado, plantava, limpava. Às vezes plantava um canteiro de coentro. A participação em grupos na infância era da igreja, catecismo, crisma e a pastoral da criança. Percebia que nesses trabalhos em grupo havia uma união, e isto era o que o bom. Tanto na infância quanto na adolescência a vida foi a mesma de casa para escola, às vezes participava de alguma festinha.

Casou-se em 2012, continuou morando no sítio Boi Velho e só veio para o assentamento em 2013 através de sua mãe que já era assentada. Rute hoje é assentada no lote 39. No roçado plantam o que dar para plantar, milho, feijão e sempre planta uma hortinha, coentro, cebolinha, tomate, cenoura, beterraba e vai plantando o que dar para plantar. E hoje já tem o coentro plantado em leirão. Rute relata que seu esposo trabalha fora para complementar à renda, mas também trabalha no lote plantando e fazendo cerca.

Rute relata que não pensava em entrar no lote, mas já sabia plantar, e só depois que casou é que começou a pensar em ter um pedacinho de terra. Assim que chegou ao assentamento começou a participar das reuniões e a partir daí do coletivo que existia e trabalhava com artesanato, fazendo peneiras, chaveiros de feltro e imãs.

Com a formação do grupo Mulheres Guerreira que era praticamente as mesmas pessoas do coletivo, mudava apenas uma integrante, teve o fortalecimento do grupo. Rute realiza todas as atividades da casa, lavar, passar, cozinhar, participar das reuniões e ainda “ajuda” no lote. Questionada de sua labuta e por que da importância em participar das reuniões, Rute relata que é para se manter informada, embora essas reuniões não estejam com muito futuro, mas prefere saber das coisas por ela mesma, sem ouvir dos outros.

No canteiro da horta aprendeu a fazer de forma que não conhecia “a gente aprendeu a trabalhar melhor com a terra”. Relata que trabalhavam o canteiro alto e lá aprendeu a cavar em torno de 40 cm, e iam trabalhando a terra, misturando o estrume e colocando dentro do canteiro, e o canteiro nesta forma proporciona melhor aproveitamento da água dificultando o escoamento. E acha que desta forma foi positivo.

Rute afirma que o bom do trabalho coletivo é a união, o grupo se fortalece. Com ele conseguiram materiais, encontros e a participação na feira. Mas mesmo tempo em que o grupo junto se fortalece, Rute relata que Mulheres Guerreiras, “desandou”, pois falta a confiança entre o grupo.

Perguntada se a horta é um instrumento que faz com que o grupo se reúna, Rute declara que sim e que no começo tudo era muito sério, mas não sabe o que aconteceu. Mas acha que a horta pode possibilitar com que o grupo volte a se reunir. E acha também que apesar dos desencontros o grupo pode continuar. Acha que através do grupo tem troca de conhecimentos quando uma visita o lote da outra e nas reuniões. Aprendeu muitas coisas como o trabalho dos canteiros. A participação na feira dar visibilidade ao grupo além de poder vender os produtos, além de gerar renda.

Rute sonha em “cercar o lote, aumentar a área de plantio, criar uns bichinhos, aumentar criação de galinha porque quando quiser comer tem muita”.

Embora participe de trabalhos em grupo, Rute não incentivaria outras mulheres a participarem, pois sempre vai ter desconfiança. Mas participaria de atividades do grupo

Mulheres Guerreiras relacionadas a intercâmbios, vivências e troca de experiências. Acha que para dar continuidade ao grupo precisa de união e confiança entre elas.



“Aprendi muitas coisas, como o trabalho dos canteiros”.